

## **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

### **REQUERIMENTO Nº           , DE 2016** **(Do Sr. ZECA DIRCEU)**

Requer a realização de Audiência Pública para acompanhar o andamento das investigações no âmbito federal da Operação Quadro Negro, iniciada pela Polícia Civil do Estado do Paraná.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 24, inciso XIII, do Regimento Interno, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para acompanhar o andamento das investigações no âmbito federal da Operação Quadro Negro iniciada pela Polícia Civil do Estado do Paraná, com a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério Público Federal;
2. Representante do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle;
3. Representante do Ministério da Educação.
4. Jaime Sunye – Engenheiro do Estado do Paraná.

## JUSTIFICAÇÃO

De acordo com informações veiculadas no sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado do Paraná, a investigação conhecida por Operação Quadro Negro “começou após uma auditoria iniciada pela Secretaria de Estado da Educação que detectou a fraude. O esquema consistia na emissão de falsos atestados de medições feitas nas obras das escolas públicas. No documento as obras estavam praticamente prontas, mas na prática elas mal tinham começado. Com estes falsos atestados de medições, foram feitos pagamentos indevidos à empresa Valor por serviços que não foram realizados. Toda a operação foi feita em parceria com a Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público do Paraná.

O alvo da operação são os bens da empresa Valor Construtora e Serviços Ambientais – responsável por fraudes nas obras em escolas públicas – e de Eduardo Lopes de Souza, apontado como o verdadeiro dono da companhia. Ele é apontado como o chefe da organização criminosa suspeita de desviar quase R\$ 20 milhões”.

Segundo o sítio eletrônico de notícias da Rede Globo (<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/04/orgaos-federais-investigam-desvios-na-construcao-de-escolas-no-parana.html>), a Polícia Federal, o Ministério Público Federal (MPF), a Procuradoria Geral da República (PGR) e a Controladoria Geral da União (CGU) estão investigando a fraude, já que parte do dinheiro enviado à Construtora Valor era proveniente do Ministério da Educação. A parceria com o governo estadual visava à ampliação de vagas no ensino fundamental e médio.

Ainda segundo o referido sítio eletrônico de notícias, o governo do Paraná teria devolvido à União R\$ 19 milhões, referentes aos repasses feitos para as construções, o que não impediu as investigações federais. Em nota, a explicação oficial foi de que o objetivo da devolução era evitar que outras obras fossem prejudicadas com eventuais cortes nos repasses.

Em razão do exposto e da competência desta Comissão para acompanhamento e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as sociedades e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, conforme o art. 32, inciso XI, alínea “b”, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2016.

Deputado ZECA DIRCEU  
PT/PR

2016-11262